

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.454 - SP (2019/0140903-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : ADELINO CORREA DA SILVA**  
**ADVOGADO : CAIO CÉSAR AMARAL DE OLIVEIRA - SP314964**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO PROCESSO CIVIL EMBARGOS À EXECUÇÃO OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS ATÉ O TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO RENUNCIADO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Quanto à controvérsia apresentada, pela alínea *a* do permissivo constitucional, no que concerne possibilidade de execução das parcelas vencidas entre o termo inicial do benefício fixado pela decisão exequenda e a data imediatamente anterior à concessão administrativa do benefício, alega violação dos arts. 18, § 2º, e 124, II, ambos da Lei n. 8.213/91, 884 e 885 do CC, trazendo os seguintes argumentos:

No caso, é aplicável ainda a regra segundo a qual o acessório segue o principal, nos termos do art. 92 do Código Civil:

Art. 92. Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.

O provimento jurisdicional favorável, obtido pela parte autora, é o bem principal objeto do processo; as parcelas atrasadas são mera consequência do reconhecimento do direito ao benefício de prestação continuada, portanto dependente da existência do próprio direito reclamado.

Assim, e por ter sua existência umbilicalmente atrelada à do principal, não há suporte para a existência do acessório sem a necessária existência da base, que é o principal: a renúncia ao acessório pode subsistir sem a renúncia ao principal, porém o contrário fere a lógica que deve permear as relações jurídicas. (fl. 101)

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem sob o enfoque pretendido pelo recorrente, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente